

De modo geral, o pacote agrícola anunciado ontem pelo governo foi bem recebido pelos líderes do setor e pouco criticado. Quase todos consideraram os Cz\$ 385 bilhões anunciados pelo governo como suficientes para o custeio da nova safra.

Produtores satisfeitos. O novo pacote é aprovado.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Fábio Meirelles, não quis pronunciar-se. Ele esteve ontem com o ministro da Agricultura, Íris Rezende, em Brasília, conhecendo detalhes do plano. Segundo Meirelles, a Faesp vai estudar detalhadamente o plano antes de se pronunciar a respeito.

Para o vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg), Sérgio Aroeira Braga, o atrelamento do crédito agrícola e dos preços mínimos à variação da OTN é inviável. "Ocorrerão os mesmos problemas registrados no ano passado, a partir do momento em que o governo perder novamente o controle da inflação", disse Sérgio Braga. Ele entende que "outra vez os produtores pegarão empréstimos a juros baixos, para, depois, se ver às voltas com taxas impraticáveis".

Sérgio Braga criticou o fato de não ter ficado definido o tratamento a ser dispensado ao endividamento comercial dos produtores, calculado em Cz\$ 100 bilhões, sendo 40% já em atraso. O vice-presidente da Faemg reivindica para os produtores rurais o mesmo tratamento dado pelo governo às pequenas e microempresas.

Em Porto Alegre, o pacote agrícola foi recebido com satisfação pelos representantes dos produtores gaúchos, embora esperassem que os novos valores dos preços mínimos tivessem sido fixados agora, juntamente com as demais medidas. Para o presidente da Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), Homero Pegas Guimarães, e o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, Plínio Hentz, a extinção do subsídio ao crédito rural terá como consequência direta o aumento no custo de produção e no preço final de determinados produtos ao consumidor. Em todo caso, ambos elogiaram o fato de que "está havendo um retorno às regras de mercado", com menos intervenção do Estado. Os Cz\$ 385 bilhões anunciados para o financiamento da safra foram considerados suficientes para atender às necessidades dos produtores. Guimarães e Hentz também elogiaram o fato de o governo ter fixado o Valor Básico de Custeio (VBC) em OTNs.

Para o presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Paulo Carneiro Ribeiro, a queda da correção monetária sobre os financiamentos para investimentos na agricultura anteriores ao Plano Cruzado "representa mais de 15 bilhões de cruzados na mão do agricultor brasileiro". Paulo Carneiro considera as novas medidas anunciadas para a agricultura como "a viabilização do setor, que estava enfrentando uma crise gravíssima".

Mesmo assim, o presidente da Faep não acredita que a extinção da correção monetária nos financiamentos anteriores ao Plano Cruzado e a obrigatoriedade de devolução, por parte dos bancos, de parcelas ou dívidas já quitadas, vão representar um estímulo a novos investimentos. Mas considera que, deste modo, "o setor poderá fugir da recessão".

Muito cauteloso, Paulo Carneiro disse que ainda espera a divulgação dos novos preços mínimos e das regras de comercialização, para fazer uma avaliação completa das perspectivas da próxima safra. Os Valores Básicos de Custeio, já divulgados, foram considerados bons pela Faep, que havia solicitado reajustes médios de 210% para os produtos da safra de verão. Os valores liberados ficaram ligeiramente abaixo das reivindicações dos produtores mas, mesmo assim, não devem provocar alterações na decisão do agricultor.

O presidente do Sindicato Rural de Uberlândia (MG), Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, disse ontem que o pacote agrícola beneficia o produtor rural. Segundo ele, "a classe rural entende que a princípio, as medidas econômicas para a agricultura atendem os interesses dos produtores".